

João Dionísio, "Sobre a existência de Fernando Pessoa [crítica a 'Pessoa Existe?', de Jerónimo Pizarro]" *Revista Colóquio/Letras*. Notas e Comentários, n.º 185, Jan. 2014, p. 179-186.

## Sobre a existência de Fernando Pessoa

Além da leitura de inéditos e da revisão de leituras correntes, em publicações que se sucedem a ritmo muito rápido, há sobretudo três contributos relevantes de Jerónimo Pizarro para a edição de Pessoa: a tentativa de definição de conjuntos, que funcionam como sinédoque do espólio pessoano, alternativos ou complementares aos conjuntos consagrados; o empenho na integração editorial de copiosos dados exogenéticos, visíveis em especial na biblioteca particular do poeta, tanto nas espécies conservadas como no que, não estando preservado na sua integridade, é passível de ser reconstituído; a inclusão de imagens de documentos nas edições, não a título ilustrativo, mas como parte integrante. O presente livro\*, que reúne textos publicados entre 2004 e 2012, além de alguns inéditos, está sobretudo ligado à parte da actividade filológica de Jerónimo Pizarro desenvolvida na órbita dos volumes que preparou para a edição crítica de Fernando Pessoa com a chancela da Imprensa Nacional-Casa da Moeda<sup>1</sup>. Entre eles, os que mais contribuíram para *Pessoa Existe?* são *Escritos sobre Génio e Loucura*, de 2006, e o *Livro do Desasocego*, de 2010. Apesar de algumas peças compiladas neste livro conterem marcas que poderiam indicar a origem oral de certos textos, apresentados inicialmente em congressos, o estilo escrito de Jerónimo Pizarro algo deve a uma matriz coloquial. Aliás, embora com tónicas diversas e diversos assuntos, os capítulos sucedem-se mais por variação do que por progressão, como se de uma conversa se tratasse. Nem a aparência de conversa se confunde com ligeireza, nem o facto de se tratar de uma compilação de trabalhos na origem dotados de autonomia leve o leitor a pensar estar perante uma colectânea avulsa destituída de uma tese. Há uma tese central

e uma certa *gravitas* cordial no modo como a tese é apresentada. Bastaria este dado para fazer de *Pessoa Existe?* um acontecimento editorial, mas há mais.

Como pode suceder numa conversa, além de referências nominais a certos autores, surgem expressões que denunciam as vozes daqueles com quem Pizarro dialoga imaginariamente nestes textos. Um exemplo ocorre na p. 255, a propósito das dificuldades de atribuição autoral quando subsistem diferentes versões de um determinado texto de Pessoa: «O que resulta difícil de determinar num caso destes, em que temos um texto publicado em vida de Pessoa e uma cauda de cometa de textos preparatórios.» Pizarro recorre aqui ao vocabulário metafórico usado por Luiz Fagundes Duarte, em «Texto Acabado e Texto Virtual ou a Cauda do Cometa»<sup>2</sup>. A par de outras vozes de reconhecimento mais ou menos viável, a que me parece fundamental para o

entendimento da tese deste livro é a de Ivo Castro. A afirmação-chave, que é uma pergunta e que dá título a este volume, reproduz o título do capítulo 9, «Pessoa Existe?», e na p. 175 deste capítulo Pizarro faz a pergunta e dá a resposta: «Pessoa existe? Nos seus papéis, nos seus fragmentos» (p. 175). Foi Ivo Castro quem fez a declaração programática em 1990: «Pessoa existe nos seus papéis» no *incipit* do breve texto introdutório de *Editar Pessoa* <sup>3</sup>. Vale a pena reflectirmos sobre porque sente Pizarro a necessidade de responder a uma afirmação com uma pergunta e por que razão sente a necessidade de acrescentar à declaração de Castro a menção expressa de «fragmentos». E convém inquirirmos sobre se estes «fragmentos» se acrescentam aos papéis como um novo tipo de material que se soma ao que existia ou como uma interpretação da natureza desses papéis.

O livro em apreço sugere que a reflexão associada a estas questões inclui uma defesa da noção operatória de fragmento em três planos:

1) os textos hoje canónicos de Fernando Pessoa, mesmo os publicados em vida, ganham em ser entendidos à luz de todos os testemunhos subsistentes, frequentemente fragmentários (apesar das polémicas editoriais transactas em torno da obra pessoana, isto parece hoje um dado adquirido);

2) há outros textos situados, digamos, nas margens do sistema pessoano que devem ser tratados com dignidade semelhante, se não igual, à das peças do cânone (por exemplo, muitos dos escritos sobre génio e loucura);

3) além de a identidade da obra pessoana ser fragmentária porque emana de um espólio constituído por papéis fragmentários, está também vinculada a um programa intelectual em que o fragmento faz parte da sua identidade.

A alínea 2 representa sobretudo uma ampliação de 1, segundo a ideia inclusiva de Foucault de que tudo deve entrar numa obra completa, até o recado para a mulher-a-dias (inclusiva, certo, *ma non troppo* porque o próprio Foucault, ao ter determinado no testamento que não autorizaria a publicação de inéditos, a ela se esquivava). A alínea 3 representa um ensaio de leitura forte da literatura pessoana e não será por acaso que Pizarro defende

a conveniência de uma nova edição do *Livro do Desassossego* para dar a oportunidade de aparecerem novos leitores fortes.

Para a exploração nestes termos da noção operatória de fragmento, o autor investe numa escrita clara com algum pendor pedagógico e amparado por abundantes imagens de documentos do espólio pessoano. As imagens, aliás, desempenham um papel muito relevante na medida em que permitem evidenciar a natureza materialmente fragmentária de muitos textos abordados neste livro. A exposição instrutiva, sempre presente, tem especial nitidez no capítulo 14. Mas fixemo-nos, para já, num motivo

corrente no pensamento de Jerónimo Pizarro, o de que a obra de Pessoa coincide com os textos a que o espólio dá acesso, além dos textos publicados em vida. Como afirma na p. 171, «a grande maioria da sua obra ficou depositada em duas pequenas arcas». Um dos argumentos que invoca para a defesa desta ideia coloca-nos a todos, subscritores e adversários da ideia, perante um beco sem saída. Escreve Pizarro que «se não tivesse [...] sido publicado algum do material que o próprio [Pessoa] não publicou, a sua obra caberia num pequeno volume, mais reduzido do que o das suas traduções» (p. 179). Apetece exclamar, abusando de Browning, «If so, the less Pessoa he!». A questão não é sobretudo de foro quantitativo, Pizarro está ciente disso, mas de natureza qualitativa. Ainda assim não é possível sair de um *adynaton* paralisante. Se não se tivesse até agora publicado parte do espólio que Pessoa nunca aceitou difundir em vida, não teríamos oportunidade de conhecer António Mora. Isto está certo, mas agora que conhecemos António Mora não podemos prescindir dele e, a não ser que queiramos cultivar uma atitude *amish* em relação a este assunto, o presente é o tempo em que os direitos do leitor preponderam sobre direitos morais do autor. Dito de outro modo: porque o tempo não recua não estamos em condições de dizer que aceitamos

prescindir do que quer que entretanto nos tenha sido dado. A questão reside, parece-me, não nos absolutos «editar/não editar», mas no relativo «como editar». Por motivos do mesmo tipo creio ser especulativa a forma da pergunta seguinte, mas não o seu sentido: «Que textos teria incluído ou excluído Pessoa numa dada publicação e sob que designação os teria reunido?» (p. 173). A forma não é satisfatória porque nela se invoca uma instância irrecuperável (Fernando Pessoa como sujeito de decisões), mas o sentido pode ser bondoso se, como sugere Pizarro, por «Pessoa» entendermos os papéis do espólio. O que nos leva a tomar o espólio como o conjunto de conjuntos possíveis e, não por acaso, o autor tem sido talvez o

principal promotor de publicações que propõem conjuntos novos para textos já conhecidos (mesmo que às vezes isso implique a repetição destes textos em mais do que um conjunto verosímil). A título de ilustração, é uma percepção mais fina dos conjuntos que o leva a falar de uma tendência inflacionária na constituição de várias edições do *Livro do Desassossego* e que esteve na base da edição que propôs desta «obra» (p. 273).

A definição dos conjuntos, entretanto, só pode ser realizada depois de decifrados os documentos e uma das dificuldades mais notáveis no caso do espólio de Pessoa tem a ver precisamente com a decifração. Em relação a este assunto, Pizarro deixa avisos para que o editor não se iluda com o que lhe é mais familiar. Assim, o nome «Nietzsche» não terá sido correctamente lido num dos escritos sobre génio e loucura porque não é tão frequente como outro apelido, de ocorrência menos incomum em textos pessoanos por exemplo atribuídos a Campos ou Caeiro: «Whitman». Aliás, como o nome

«Whitman» aparece no parágrafo anterior àquele em que se deu a leitura equivocada (p. 236-7), «Whitman» seria portanto uma *lectio faciliior* e «Nietzsche» uma *lectio difficilior*, para usar os termos correntes na crítica textual tradicional (o que mostra como o vocabulário conceptual da crítica textual antiga pode ter aplicação na aproximação a espólios modernos). No entanto, Pizarro, que é um dos melhores decifradores do cursivo de Pessoa, não dá pistas sobre a maior ou menor plausibilidade paleográfica de cada uma destas decifrações e, assim, o guia melhor para a letra pessoana persiste em ser o discreto artigo que Luís Prista escreveu há quinze anos: «Sombras e Sonhos na Fixação de Quadras de Pessoa»<sup>4</sup>. No mesmo sentido, numa carta de Álvaro de Campos a Marinetti mencionam-se dois autores pertencentes à ascendência intelectual do heterónimo. O primeiro é Whitman e o segundo, que foi lido por Richard Zenith «Nietzsche», será mais provavelmente «Blake», segundo Jerónimo Pizarro, porque Pessoa

costuma referir-se a Whitman e a William Blake como precursores do verso livre (p. 238-9). Mas de novo o argumento baseado na *scripta* pessoana fica apenas dependente de imagens mais ou menos ampliadas e o complicado traço cursivo de Pessoa, com contrações violentas, carece de explicação (o dígrafo «Bl» em «Blake» ganhava em ser mostrado a par de outras ocorrências do nome, um pouco à semelhança do que Pizarro faz com a exposição de folhas com marcas de água iguais).

As imagens, que abundam neste livro e têm uma função persuasiva inestimável, não me parecem um argumento suficiente neste aspecto. Chegado a uma decifração considerada satisfatória, pode o editor sentir o impulso de emendar o texto de Pessoa. Este impulso ocorre mais vezes do que o leitor poderia imaginar na medida em que os textos conservados no espólio são maioritariamente incompletos (no sentido material do termo — porque apresentam lacunas ou variantes múltiplas sem que tenha havido selecção; no sentido comunicacional do termo — porque não chegaram a ser publicados). Embora haja ocasiões em que o texto lido sugere a necessidade de se proceder a emendas, importa apurar até que ponto se trata de um texto que trai o que Pessoa pensava escrever ou se, não o traindo, trai as nossas expectativas.

A emenda deve ser feita no limite, advoga Pizarro, ou porque, como diz na p. 299, os textos são carentes de revisão ou porque houve distração manifesta (não fico seguro de que não se trate da mesma razão). À semelhança do que sucede com a decifração, emendar não é uma tarefa fácil, mas Pizarro não defende a necessidade de uma edição diplomática aplicada universalmente, não cedendo portanto ao documentalismo defendido por Hans Zeller. Mais uma vez, as ilustrações que abundam nas edições Pizarro permitem em casos especiais medir a distância entre o texto documentado e o texto editado. E, no presente livro, o capítulo 14, que trata de emendas, é claro e convincente.

Após a decifração e eventual emenda dos textos que o constituem, é vital para Pizarro não eliminar os traços de incompletude e do carácter fragmentário dos testemunhos, pois o trabalho editorial corresponde a trabalhar com o que é e não com o que podia ter sido (p. 45-6). Para fazer jus a estes traços e para evitar excessos idealistas, o autor sugere (e põe em prática) uma espécie de via média entre o facsímile exaustivo e a sobreedição (p. 182). Mas estes pontos extremos não têm o mesmo valor, pois, se Pizarro recorre de vez em quando ao facsímile, a sobreedição é sempre contestada, sendo as razões para a rejeição explicadas no capítulo 11. A contestação baseia-se na defesa de uma prática de sentido problemático, «deseditar», que Isabel Lourenço recentemente vinculou a propostas de Randall McLeod em parte demagógicas, na medida em que admitem como possível e desejável a supressão da mediação editorial («My enemies are editors — or anyone who stands between the modern consumer and the artist»)<sup>5</sup>.

Pizarro, diferentemente, escreve sobre «deseditar» a partir de Noel Polk, que por sua vez se funda em James Merriwether. Deseditar é em *Pessoa Existe?* uma actividade de retorno a uma forma anterior, destinada a compensar os efeitos nefastos provocados pela sobreedição — a tentativa de criar editorialmente textos ou obras inexistentes.

Concordando com qualquer doutrina que evite cosmetizar fragmentos e afins, há um lado da actividade editorial que creio ser aqui um tanto deixada na sombra e que pode ser esclarecida com uma citação da p. 127: «O nome de FitzGerald só apareceu nas edições posteriores [...] de 1868, 1872 e 1879, que não superaram nem substituíram as anteriores.

Do que Pizarro escreve fica às vezes a impressão contrária de que as edições superam e substituem outras, o que acontece idealmente, mas no circuito bibliográfico nem por isso: as edições acrescentam-se a outras. De

certa maneira, o conceito de «des-edição» supõe um conceito plástico de texto, desenvolvendo-se a analogia entre estabelecimento de textos e restauro de pinturas, esculturas, igrejas, etc. Esta analogia não é convincente, pois no domínio das artes plásticas objecto e objecto restaurado são coincidentes, enquanto no caso dos textos a edição é independente do suporte material e da sua inscrição. Por isso pode ser equívoco falar de retorno no domínio textual.

Algumas das mais interessantes propostas de Pizarro correspondem a um ideal comunitário que nem sempre me parece realizável. A este respeito, reconheço a importância da defesa do trabalho em equipa, o qual permite identificações progressivas, decifrações e ajustamentos de decifrações de outro modo mais difíceis ou mesmo impossíveis. Corresponde isto a uma espécie de tomada de consciência de pertencer a uma cadeia de colaboração, estimulada intensamente por Pizarro no passado recente e na actualidade. Tal cadeia pode ver-se a propósito do texto «Crónica da Vida Que Passa», na p. 252: Pedro Sepúlveda, que agradece a Jerónimo Pizarro (a indicação de um texto até então tomado como parte de uma carta), que agradece a José Barreto (que foi o primeiro a propor a identificação do texto em causa como o remate de uma «Crónica da Vida Que Passa»); e também se vê quando o autor aposta na cadeia de colaboração disciplinar: a interacção de disciplinas como a codicologia, a paleografia, a linguística e a história é mencionada na p. 276. Neste particular, do ponto de vista dos aspectos físicos, a bibliografia material parece ser a área cujos contributos mais frutificaram neste livro, em medida muito especial no cativante capítulo 13 e na análise de marcas de água como instrumento de datação conjectural (cf. p. 277-80).

Embora o trabalho de equipa não se confunda com colaboração universal, do mesmo modo que a interacção disciplinar corresponde à



activação de *certas* disciplinas, estes são dois princípios que permitem reflectir maduramente sobre as perguntas em vez de lhes serem dadas respostas precipitadas. De resto, uma tónica do livro de Pizarro é sugerir que se adiem respostas, como se pode ver quando explica: «Fernando Pessoa — génio ou louco? Para não responder a esta pergunta [...] dei à estampa os dois tomos que compõem o volume VII da Edição Crítica de Fernando Pessoa: *Escritos sobre Génio e Loucura* (2006)» (p. 57). Dar resposta está por, a título de exemplo, ‘fazer sínteses’ e ‘interpretar’. De facto, na senda de Georg Rudolf Lind, Pizarro advoga que só depois de haver um conhecimento completo do espólio pessoano nas suas diferentes manifestações é que estaremos em condições de perceber qual é o Pessoa essencial e de fazer antologias (p. 61). Em abono desta ideia, Pizarro tem-se furtado quase por completo a fazer antologias — formato indutor da ideia perigosa de que conhecemos suficientemente o autor antologiado — e tem colocado reticências a colecções como *Obra Essencial de Fernando Pessoa*, dirigida por Richard Zenith, a que se poderia somar a recente *Pessoa Breve*, da responsabilidade de Zenith e Fernando Cabral Martins, em ambos os casos com a chancela da Assírio & Alvim. Apesar de julgar perceber o que move Pizarro neste particular, tenho, por um lado, dificuldade em acreditar na existência de uma régua universal que determine quando é que os textos

de um autor estão suficientemente conhecidos; e, por outro, dado o movimento perpétuo do trabalho editorial e interpretativo, prefiro a opinião do próprio Pizarro quando diz «nunca nos será possível lê-lo [a Pessoa, ao seu espólio] e conhecê-lo em absoluto» (p. 259). Neste enquadramento, não me parece possível (e se fosse possível duvido que fosse desejável) decretar acerca da obra de qualquer autor o ponto a partir do qual já poderiam circular selectas e reduções interpretativas.

Mas Pizarro, sem evidentemente indicar a data que não pode indicar, faz a história do futuro ao dizer que só nos poderemos aproximar do *corpus* pessoano «de uma forma mais definitiva e consensual após várias décadas de escrutínio por parte de críticos e editores» (p. 318). No que diz respeito à dimensão mais técnica da actividade editorial, a decifração, estou convencido de que este tempo chegará para a maior parte dos papéis de Pessoa. No entanto, porque a actividade editorial não se esgota na técnica e tem, pelo menos, uma componente teórica (visível nas diferentes noções de texto que subjazem a diferentes edições de Pessoa), além de ter uma componente comercial, duvido de que o consenso e a forma definitiva sejam alcançáveis. Julgo mesmo que seria empobrecedor caso a componente teórica fosse rasurada a troco de um consenso utilitário sobre a forma do texto pessoano. Já em relação à segunda componente, apesar do meu posicionamento liberal nestas matérias, subscrevo a chamada de atenção que Pizarro faz sobre a propriedade intelectual no campo das edições (p. 62). Urge fazer uma reflexão sobre *copyright* editorial (desde a decifração à organização de materiais, entre outras facetas do problema) para prevenir apropriações que, no mínimo, só devem poder ser consentidas com indicação de proveniência das soluções adoptadas.

Independentemente de haver ou não sintonia total com as posições de Pizarro nos assuntos antes mencionados, todos eles são relevantes e justificam reflexão. Pelo menos de maneira avulsa, deve chamar-se a atenção para outros méritos do livro de Pizarro. Por exemplo, Pizarro, ao fazer a ligação infrequente entre doutrina e prática editorial, convoca a noção de campo bibliográfico, cunhada por Ivo Castro e Maria Ana Ramos, para defender a necessidade, que entretanto satisfaz, de realizar uma edição crítica do *Livro do Desassossego* (p. 261, 281). Refira-se também a explicação sobre a natureza genética da edição que preparou desta obra,

não apenas porque inclui um aparato onde são registadas as variantes autorais no processo de elaboração de cada texto, mas porque dispôs cronologicamente o próprio corpo do texto. Por isto, a edição corresponde também à tese de que *O Livro do Desasocego* foi concebido e realizado em duas fases diferentes, entre 1913 e 1920 e entre 1929 e 1934, como já tinha sido intuído por Jorge de Sena, o qual fala da transformação de um simbolista e esteticista num grande modernista.

Nestes termos, Vicente Guedes é uma figura do período pós-simbolista e Bernardo Soares uma figura maior do período mais produtivo, já à volta de 1930. Noutro âmbito, sendo um dos grandes responsáveis por recentes estudos da biblioteca pessoana enquanto instância exogenética para a leitura da obra pessoana, Pizarro não deixa de mencionar as relações de proximidade existentes entre certos livros presentes na biblioteca e alguns escritos de Fernando Pessoa (que, de resto, por vezes se encontram nos próprios livros) (p. 140-1).

Em síntese, há muitas razões para considerar não só oportuna como importante a publicação deste livro: porque é muito raro encontrarmos no mercado livreiro português publicações inteiramente consagradas à crítica textual; porque ele contém a defesa de boas práticas cultivadas num campo disciplinar que ganham um eco renovado graças ao impacto que hoje o autor tem na bibliografia portuguesa; porque justifica bem a necessidade de não darmos os autores clássicos, **de que Pessoa é exemplo**, como garantidos; porque, ao defender certas ideias que não são consensuais, mostra como a reflexão sobre edições é uma prática mais exigente do que fazer listas de palavras bem decifradas e mal decifradas.

#### Notas

\* Jerónimo Pizarro, *Pessoa Existe?*, Lisboa, Presença, 2013.

1 Entretanto foi publicada em 2013 uma versão espanhola do livro aqui abordado, *Alias Pessoa* (Valência, Pre-Textos, 2013), com uma constituição quase igual, embora com diferenças na organização.

2 *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, 3 (3), 1988, p. 167-81.

3 Ivo Castro, *Editar Pessoa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 11.

4 *Revista da Faculdade de Ciências Humanas*, 11, Lisboa, Colibri, 1998, p. 197- 213.

5 Isabel M. G. Lourenço, *The William Blake Archive: da Gravura Iluminada à Edição Electrónica*, tese de doutoramento em Letras orientada por Manuel Portela, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, p. 230. Cf. Também <http://linguafranca.mirror.theinfo.org/9706/fieldnotes.html> (1-7-2013).